



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

PORTARIA DCO - Nº 014/2018, de 06 de setembro de 2018.

A Diretoria de Competições da **Federação Maranhense de Futebol**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as diretrizes mandamentais do Estatuto de Defesa do Torcedor quanto a publicação dos regramentos das competições profissionais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Tornar público que na presente data será divulgado: o **Regulamento da Copa FMF Edição 2018 – Torneio Seletivo para o Campeonato Brasileiro de Futebol Profissional Série “D” de 2019, na forma do art. 9º da Lei Federal nº 10.671/2003.**

Art. 2º - Nos 10 (dez) dias subsequentes a esta publicação será franqueada a apresentação de manifestação de qualquer interessado sobre o texto do regulamento, à luz do §1º do artigo de lei citada acima, a qual deverá ser dirigida ao Ouvidor da Competição, Sr. Manoel Martins dos Santos, através de e-mail para: ouvidoria@fmfma.com.br ou no protocolo da FMF.

Art. 3º - Após este prazo, o Ouvidor da Competição terá 72 (setenta e duas) horas para informar se houve ou não propostas, onde, em caso positivo, deverá realizar relatório circunstanciado contendo as principais sugestões encaminhadas.

Art. 4º - Na hipótese da apresentação de propostas de alterações, será convocada reunião arbitral, dentro do prazo legal, para análise avaliação da conveniência da aceitação das sugestões relatadas, entre os representantes dos clubes e da FMF.

Art. 5º - Em seguida, observando o que estabelece o §4º do art. 9º da Lei Federal nº 10.671/2003, será publicado definitivamente o Regulamento Copa FMF Edição 2018 – Torneio Seletivo para o Campeonato Brasileiro de Futebol Profissional Série “D” de 2019, na forma definitiva.

Publique-se no mural da DCO/FMF e no site oficial (www.futebolmaranhense.com.br) . Dê-se ciência aos clubes.

Hans Joseph Nina Höhn
Vice-Presidente de Competições



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

CAMPEONATO MARANHENSE DE FUTEBOL PROFISSIONAL SÉRIE “B” 2018

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A COPA FMF 2018 – TORNEIO SELETIVO PARA O CAMPEONATO BRASILEIRO SÉRIE “D” 2019, ora denominada **“CAMPEONATO”**, será promovida pela **FEDERAÇÃO MARANHENSE DE FUTEBOL – FMF**, na conformidade deste **REGULAMENTO ESPECÍFICO DA COMPETIÇÃO (REC)**.

§ 1º - Todos os dispositivos da Legislação Desportiva aplicáveis ao Futebol Profissional no país e hierarquicamente superiores ao presente Regulamento fazem parte, necessária e obrigatoriamente, do conjunto de parâmetros legais aos quais o CAMPEONATO se submete, dentre eles os Estatutos da FIFA, as Leis Federais 9.615/98 (Lei Pelé), 12.395/11 (Lei José Rocha) e 10.671/03 (Estatuto do Torcedor), o Estatuto da CBF, as Resoluções e Portarias expedidas pela CBF, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), o Regulamento Geral de Competições da CBF, o Regulamento Geral de Competições da FMF (RGC), o Estatuto, Normas Gerais dos Campeonatos Oficiais e RDI's da FMF.

§ 2º - Em virtude de decisão liminar concedida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, nos autos da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.450, encontra-se **SUSPensa** a exigência para os clubes da comprovação da regularidade de pagamentos de débitos relativos a Créditos Tributários Federais, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, bem como, quanto aos vencimentos acertados em contratos de trabalho e de imagem dos atletas.

§ 3º - Entretanto, na hipótese de, até o início da competição, ocorrer decisão judicial, legislativa ou administrativa que retome a eficácia imediata e irrestrita do art. 40 da Lei 13.155/2015, na parte em que alterou o art. 10, §1º, inciso II e suas alíneas; §3º, incisos I e II e §5º da Lei 10.671/2003, as Associações que participam do CAMPEONATO deverão apresentar as comprovações devidas, na forma a ser estabelecida pela FMF.

Art. 2º - O CAMPEONATO será organizado e dirigido pela FMF, através da sua Diretoria de Competições, à qual competirá:

- a) Elaborar o regulamento do CAMPEONATO;
- b) Elaborar a tabela dos jogos;



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

- c) Tomar todas as providências de ordem técnica necessárias ao bom andamento da competição;
- d) Determinar a perda de mando de campo, quando aplicável, observando o disposto no RGC e REC;
- e) Designar data, local e horário para a realização das partidas, inclusive, quanto às modificações na tabela de jogos (datas, horários, locais), quando surgirem situações que a FMF entenda como justificáveis;
- f) Alinhar as datas e horários das partidas da última rodada da Primeira Fase (Classificatória), inclusive observando a limitação de iluminação artificial de alguns estádios, de modo que as disputas ocorram simultaneamente, evitando o conhecimento antecipado de quaisquer resultados, quando possível.

Art. 3º- Participarão do CAMPEONATO as seguintes Associações:

Nº	ASSOCIAÇÕES	MUNICÍPIO
01	BACABAL Esporte Clube	Bacabal
02	CORDINO Esporte Clube	Barra do Corda
03	MARANHÃO Atlético Clube	São Luís
04	SANTA QUITÉRIA Futebol Clube	Santa Quitéria
05	SÃO JOSÉ de Ribamar Futebol Clube	São José de Ribamar
06	(Campeão da Série B 2018)	

§ 1º - Todas as Associações comunicaram oficialmente a sua participação na competição, mediante Termo de Compromisso de Participação, assinada por representante da equipe, e estão cientes que para participarem da competição, devem estar aptas junto à FMF, CBF e Justiça Desportiva, devendo:

- a) Acatar, respeitar e cumprir o regulamento;
- b) Participar dos jogos programados nas datas, locais e horários marcados para a competição.

§ 2º - A desistência ou a exclusão de quaisquer equipes após a publicação deste Regulamento não alterará o sistema de disputa, salvo se a quantidade de times que permanecerem na competição torne inviável a manutenção do formato atual.

§ 3º - A Associação que desistir da competição, após a publicação deste Regulamento, será suspensa por 2 (dois) anos, ficando impedida de participar de quaisquer competições, profissionais e amadoras, promovidas pela FMF, desde que não tenha



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

adquirido direito de participar de alguma competição por dispositivo legal. Entende-se também por desistência, a perda de partida por WO.

Art. 4º - A FMF atribuirá os títulos de Campeã e Vice-Campeã às Associações classificadas em primeiro e segundo lugares ao final da competição.

Parágrafo Único - À Associação Campeã fica assegurado 01 (um) troféu, de posse definitiva, cuja denominação será definida através de Ato Oficial da Presidência da FMF, e mais 50 (cinquenta) medalhas para seus atletas e dirigentes.

Art. 5º - O CAMPEONATO será regido nas suas diversas fases, para efeito de classificação das Associações, pelo sistema de pontos ganhos, observando-se os seguintes critérios:

- a) Por vitória, 03 (três) pontos ganhos;
- b) Por empate, 01 (um) ponto ganho.

Art. 6º - Quando houver empate para definição da classificação, entre duas ou mais Associações, independente da Fase, o desempate, será pelo índice técnico, para todos os efeitos deste Regulamento, ou seja, pela observância da aplicação dos critérios na ordem a seguir:

- a) Maior número de pontos;
- b) Maior número de vitórias;
- c) Maior saldo de gols;
- d) Maior número de gols marcados;
- e) Maior número de pontos ganhos no confronto direto (inaplicável em caso de empate em número de pontos entre três ou mais Associações);
- f) Maior saldo de gols no confronto direto (inaplicável em caso de empate em número de pontos entre três ou mais Associações);
- g) Menor número de cartões vermelhos recebidos pelos atletas integrantes de cada Associação ao longo da competição;
- h) Menor número de cartões amarelos recebidos pelos atletas integrantes de cada Associação ao longo da competição;



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

i) Sorteio realizado pela DCO/FMF.

CAPÍTULO II DO SISTEMA DE DISPUTA

Art. 7º - O CAMPEONATO será disputado em **03 (três) FASES**, a saber:

a) Primeira Fase: CLASSIFICATÓRIA;

b) Segunda Fase: SEMIFINAL,

c) Terceira Fase: FINAL.

SEÇÃO I PRIMEIRA FASE

Art. 8º - Na Primeira Fase (Classificatória), as Associações, jogarão entre si no sistema **só de ida**.

Art. 9º - Estarão classificadas para a Segunda Fase (Semifinal), as 04 (quatro) Associações que obtiverem o maior número de pontos ganhos nesta fase.

Parágrafo Único - Ocorrendo o empate em pontos ganhos entre 02 (duas) ou mais Associações dentro desta fase, serão aplicados os critérios dispostos nas **alíneas “b” a “i” do Art. 6º** acima.

SEÇÃO II SEGUNDA FASE

Art. 10 - A Segunda Fase (Semifinal), será disputada em sistema eliminatório, em partida de **ida e volta**, jogando o 1º colocado da Primeira Fase versus o 4º colocado da Primeira Fase e o 2º colocado da Primeira Fase versus o 3º colocado da Primeira Fase, classificando-se para a Terceira Fase (Final), as Associações vencedores desses confrontos.

Art. 11 - Na disputa da fase Semifinal as Associações classificadas na 1ª e na 2ª colocação da Primeira Fase (Classificatória) terão a vantagem, nos seus respectivos confrontos, de realizar a segunda partida (jogo de volta) na condição de mandantes, de realizar a segunda partida na condição de mandantes, assim como, de jogar pelo mesmo número de pontos e saldo de gols, ao término dos confrontos.



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

Parágrafo Único - Não será utilizado como critério qualificador de contagem de saldo de gols, ao final dos confrontos desta fase, o chamado “gol fora”, ou seja, os gols pró assinalados no mando de campo do adversário.

SEÇÃO III TERCEIRA FASE

Art. 12 - A Terceira Fase (Final), será disputada pelas 02 (duas) Associações vencedoras da Segunda Fase (Semifinal), que jogarão entre si em jogos de ida e volta, decidindo o título do CAMPEONATO.

Art. 13 - Na disputa desta fase, a Associação que obtiver o maior número de pontos, considerando todo o CAMPEONATO, ou seja, as duas fases anteriores (Classificatória e Semifinal), realizará a primeira partida na condição de visitante e a segunda partida como mandante, com a vantagem de jogar pelo mesmo número de pontos e saldo de gols, ao término dos confrontos.

§ 1º - Ocorrendo empate em pontos ganhos entre as 02 (dois) Associações disputantes da Terceira Fase (Final), serão aplicados os critérios dispostos nas alíneas “b” a “i” do Art. 6º acima, a fim de definir mando de campo e vantagem.

§ 2º - Não será utilizado como critério qualificador de contagem de saldo de gols, ao final dos confrontos desta fase, o chamado “gol fora”, ou seja, os gols pró assinalados no mando de campo do adversário.

§ 3º - A Associação vencedora do confronto final será declarada Campeã da COPA FMF 2018 – Torneio Seletivo para o Campeonato Brasileiro Série “D” 2019.

CAPÍTULO III DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

Art. 14 - A classificação das Associações no CAMPEONATO será feita da seguinte forma:

I - O 1º (primeiro) e 2º (segundo) lugares serão, respectivamente, as Associações campeã e o vice-campeã;

II - Do terceiro ao último lugar será observada a classificação obtida pelas Associações em razão do somatório dos pontos ganhos em todas as fases do CAMPEONATO, incluindo os jogos das Semifinais.



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

CAPÍTULO IV DA VAGA AO CAMPEONATO BRASILEIRO DA SÉRIE “D” - EDIÇÃO 2019

Art. 15 - Terá direito a 1 (uma) vaga para disputar o CAMPEONATO BRASILEIRO DA SÉRIE “D” – EDIÇÃO 2019, a Associação Campeã do CAMPEONATO MARANHENSE DE FUTEBOL PROFISSIONAL SÉRIE “B” - EDIÇÃO 2018.

§ 2º - Havendo renúncia por parte da equipe ao direito garantido neste artigo, a Federação Maranhense de Futebol – FMF indicará o participante da competição acima referida, observando, rigorosamente, a classificação da COPA FMF 2018 – TORNEIO SELETIVO PARA O CAMPEONATO BRASILEIRO SÉRIE “D” 2019, e que atendam aos requisitos de exigência da CBF para sediar os seus mandos de campo.

CAPÍTULO V DAS INSCRIÇÕES DE ATLETAS DAS CONDIÇÕES DE JOGO

Art. 16 - Somente poderão participar do CAMPEONATO os **atletas profissionais, nascidos a partir de 1995**, que tenham seus contratos registrados no Departamento de Registro e Transferência (DRT) da Federação Maranhense de Futebol (FMF), cujos nomes constem do Boletim Informativo Diário Eletrônico (e-BID) da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) publicado pela DRT, bem como no sistema eletrônico Prodfut/FMF (inscritos na respectiva competição), até o último dia útil que anteceder a cada partida.

§ 1º - **Cada equipe poderá inscrever até 3 (três) atletas nascidos antes de 1995, observados os demais requisitos do *caput* deste artigo.**

§ 2º - Todo e qualquer documento utilizado para fins de inscrição e registro de atletas é de integral responsabilidade dos Clubes e de seus dirigentes, os quais, se requisitados, deverão comprovar sua legalidade, não cabendo à FMF qualquer responsabilidade quanto à eventual sonegação e/ou falsificação de dados existentes nos originais ou cópias, de carteiras, certidões e declarações.

§ 3º - A eventual inscrição de atletas com documentação incorreta e/ou falsificada acarretará aos envolvidos as penalidades previstas na Legislação Brasileira.

§ 4º - Cada clube poderá utilizar até 05 (cinco) atletas amadores em cada jogo, desde que tenham no mínimo 16 (dezesesseis) e no máximo 20 (vinte) anos, e estejam registrados pelo clube junto à CBF, FMF e constar no e-BID/CBF e Prodfut/FMF.

§ 5º - Após o início do CAMPEONATO, é permitida a transferência de atletas entre as Associações participantes da competição para fins de disputa de outras competições. Entretanto, é **VEDADA** a utilização desses atletas transferidos entre clubes parti-



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

cipantes do CAMPEONATO, após o seu início, ainda que não tenham sido relacionados em nenhuma partida da competição. Para efeito deste artigo, considera-se transferência não só a negociação direta entre clubes, incluindo também a rescisão e a posterior contratação pela outra agremiação.

§ 6º - As inscrições de atletas para utilização no CAMPEONATO serão encerradas no último dia útil anterior a realização de qualquer partida da Segunda Fase (Semifinal). Entende-se que o atleta esteja inscrito a partir do momento que seu nome constar no e-BID, após todos os trâmites junto à FMF e CBF, e ainda esteja inscrito e relacionado no Prodfut/FMF, ou seja, as Associações somente farão uso de novos atletas desde que registrados e constarem do e-BID/CBF e Prodfut/FMF até o último dia útil anterior ao início de qualquer partida da disputa da Segunda Fase (Semifinal).

§ 7º - As Associações deverão efetuar a pré-escalação dos atletas relacionados para os jogos, no sistema Prodfut/FMF, a partir das 24 horas que antecedem a partida.

§ 8º - Cada equipe poderá **inscrever até 30 (trinta) atletas** para disputar o CAMPEONATO, devendo indicar os inscritos, dentre aqueles que constem no Boletim Informativo Diário Eletrônico/CBF e no PRODFUT/FMF, sistema eletrônico este disponibilizado pela FMF.

§ 9º - Goleiros poderão ser inscritos fora do número máximo estipulado no parágrafo anterior, em casos de lesão comprovada, e, desde que estejam registrados pelo clube no e-BID até o prazo limite descrito no **§6º** deste artigo.

Art. 17 - O clube que, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, estiver em atraso com o pagamento de remuneração, devida única e exclusivamente durante a competição, conforme pactuado em Contrato Especial de Trabalho Desportivo, a atleta profissional registrado, ficará sujeito a multa de R\$1.000,00 (hum mil reais), depois de reconhecida a mora e o inadimplemento por decisão do Tribunal de Justiça Desportiva (TJD).

§ 1º - Ocorrendo atraso, caberá ao atleta prejudicado, pessoalmente ou representado por advogado constituído com poderes específicos ou, ainda, por entidade sindical representativa de categoria profissional, formalizar comunicação escrita ao TJD, a partir do início até 30 (trinta) dias contados do encerramento da competição, sem prejuízo da possibilidade de ajuizamento de reclamação trabalhista, caso a medida desportiva não surta efeito e o clube permaneça inadimplente.

§ 2º - Comprovado ser o clube devedor, conforme previsto no caput deste artigo, cabe ao TJD conceder um prazo de 15 (quinze) dias para que o clube inadimplente cumpra suas obrigações financeiras em atraso, de modo a evitar a aplicação da sanção de perda de pontos por partida, sem prejuízo às penalidades administrativas previstas no RGC.



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

§ 3º - A regra valerá a partir do início da competição até 30 (trinta) dias após o seu término, não se considerando débitos trabalhistas anteriores e posteriores.

§ 4º - Esta norma é aplicável sem prejuízo do disposto no artigo 64 do RNRTAF – Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol, resultante de regra vinculante e obrigatória da FIFA, conforme circular nº 1468/2015, de 23/02/15.

Art. 18 - Ao final da Primeira Fase (Classificatória) os cartões amarelos serão zerados, o que não inclui o terceiro cartão amarelo, cuja suspensão automática decorrente permanece em vigor.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO, TABELA, LOCAIS DAS PARTIDAS E IMPUGNAÇÃO DE JOGOS

Art.19- Compete ao Departamento de Competições, além das atribuições contidas no RGC:

I - Inspeccionar tempestivamente e aprovar previamente os estádios, próprios ou conveniados, a serem utilizados no CAMPEONATO, podendo, a seu critério, solicitar expedição de Laudos Técnicos e Habilitação junto aos órgãos técnicos, como: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Vigilância Sanitária, IPEMAR, CREA-MA, órgãos municipais, dentre outros, na eventual necessidade de dirimir questões de segurança, estrutura, meteorologia, salubridade, habilitação legal e outros itens essenciais.

II - Vetar os estádios por um ou mais jogos ou por tempo indeterminado, caso estes não atendam às normas do RGC e desde REC, à legislação federal, estadual e municipal em vigor e aos órgãos públicos pertinentes.

III - Determinar a perda de mando de campo nos casos das eventualidades previstas no RGC e neste REC.

IV - Elaborar a tabela do CAMPEONATO fixando datas, horários e locais de todos os jogos, bem como promover suas alterações.

V - Adotar todas as providências de ordem técnica e administrativa bem como do planejamento e organização do CAMPEONATO, visando sua efetividade, a segurança e conforto dos torcedores, dos atletas, comissões técnicas, árbitros e imprensa esportiva.

Parágrafo Único - No caso do estádio normalmente utilizado pelo clube mandante não atender ao previsto neste artigo, este clube deverá indicar outro estádio que atenda ao estabelecido para a realização de suas partidas.



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

Art. 20 - Caso uma equipe não compareça na data, local e horário previstos para a realização do jogo, será considerada perdedora para sua adversária pela contagem de 3 x 0 (três a zero).

Parágrafo Único - Nos casos deste artigo deverá a equipe que não compareceu à respectiva partida justificar sua ausência, com razões e fundamentos concisos, dirigidos por escrito ao DCO/FMF, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data prevista para a realização da partida, sob pena de ser eliminada da competição e ficar impedida de participar de competições, profissionais e amadoras, promovidas pela FMF, pelo prazo de 2 (dois) anos, desde que não possua direito adquirido de participação em competição, por dispositivo legal.

Art. 21 - A equipe que se julgar prejudicada poderá requerer a impugnação de partida e/ou decisão do DCO/FMF na forma do CBJD.

Art. 22 - O mando de campo de todas as partidas pertencerá ao clube colocado à esquerda da tabela elaborada pelo DCO/FMF.

Art. 23 - Nos casos em que uma Associação seja punida com perda de mando de campo caberá exclusivamente ao DCO/FMF determinar o local onde a partida deverá ser disputada.

§ 1º - O DCO/FMF somente executará a pena de perda de mando de campo, na partida que venha a ocorrer após decorridos cinco dias úteis da decisão da Justiça Desportiva que a impuser, tendo em vista os prazos necessários para as ações logísticas relacionadas com a mudança do local da partida, inclusive emissão e venda de ingressos, considerando os prazos estabelecidos pela Lei nº 10.671/03, e ainda considerando as necessidades de reservas de voos, fretamento de ônibus e hospedagens das delegações das Associações envolvidas.

§ 2º - Sem prejuízo do prazo estabelecido no parágrafo anterior, o DCO/FMF deverá comunicar formalmente o novo local da partida resultante de cumprimento da pena da perda do mando de campo, no prazo de dois dias decorridos do julgamento.

CAPÍTULO VII DOS UNIFORMES E BOLAS

SEÇÃO I DOS UNIFORMES

Art. 24 - As equipes deverão utilizar os uniformes previstos em seus respectivos estatutos, ressalvadas as disposições pertinentes ao uso de publicidade e em conformidade com o RGC .



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

SEÇÃO II DAS BOLAS

Art. 25 - A bola oficial do CAMPEONATO será definida pela FMF.

§ 1º - A equipe mandante terá que apresentar ao árbitro da partida no mínimo 06 (seis) bolas em condições de uso da marca oficial do CAMPEONATO.

§ 2º - A equipe que não apresentar as bolas definidas para a competição pela FMF pagará uma multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), **por partida**, para a entidade organizadora.

CAPÍTULO VIII DA ORDEM, DA SEGURANÇA DAS PARTIDAS, DO CONTROLE ANTIDOPING E DAS PENALIDADES

Art. 26 - Em todos os jogos do CAMPEONATO os atletas poderão ser submetidos aos procedimentos de repressão à dopagem, mediante adoção de exames antidoping na forma estabelecida pela CBF.

Art. 27 - As despesas do exame antidoping serão descontadas da renda das partidas, quando determinado pela FMF.

Parágrafo Único - Caso uma equipe requisite o exame antidoping, será de sua responsabilidade arcar integralmente com as despesas do referido exame.

Art. 28 - As infrações e penalidades atribuídas aos clubes durante o CAMPEONATO obedecerão ao disposto nos artigos que tratam do assunto no Regulamento Geral das Competições da FMF e do CBJD.

CAPÍTULO IX DA TRANSMISSÃO VIA TELEVISÃO E DOS DIREITOS DE PUBLICIDADE

Art. 29 - Os Clubes cedem com exclusividade à FMF, em todo o território estadual, nacional e internacional, em caráter irrevogável, todos os direitos de captação, fixação, exibição, transmissão e reexibição de sons e imagens em televisão aberta, fechada e internet, de todos os jogos do CAMPEONATO. A FMF poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e no exterior, os direitos a ela cedidos.

Parágrafo Único - Da receita advinda da transmissão ou retransmissão de imagens das Competições, salvo disposição em contrato o qual prevalecerá em relação ao presente, será destinado o valor equivalente a 20% (vinte por cento) à FMF, coordenadora e titular dos direitos sobre o CAMPEONATO e os 80% (oitenta por cento) restan-



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

tes, após pagas despesas do CAMPEONATO (ambulância, INSS, quadro móvel, arbitragem, neste caso incluindo o direito de imagem do árbitro e seus assistentes, bem como com transporte, hospedagem, alimentação, etc.), restando saldo positivo este será dividido entre as equipes que disputam a respectiva competição, na forma e percentual a ser definido, por ato oficial, pela Diretoria da FMF.

Art. 30 - Os custos relativos a direitos de imagem dos atletas serão de responsabilidade exclusiva dos clubes a eles vinculados.

Art. 31 - Em cada estádio que estiver sediando jogos do CAMPEONATO serão reservados espaços para a FMF colocar placas no tamanho padrão, referente a anúncios dos patrocinadores da competição.

Art. 32 - A autorização para exploração comercial do nome, marca, símbolos, publicidade estática e demais propriedades inerentes à Competição é de competência exclusiva da FMF, única titular de tais direitos.

Art. 33 - Somente a FMF poderá autorizar a colocação de placas de publicidade estática, tapetes e de qualquer outra modalidade de material de merchandising nos Estádios, cabendo as Associações mandantes das partidas a responsabilidade pelo cumprimento desta obrigação, sob pena de interdição do Estádio, além de eventuais multas contratuais.

§ 1º – Toda e qualquer ação promocional, marketing, social, uso de mascote, faixa, banners ou similares, deverão ser autorizadas pelo DCO/FMF, mediante solicitação formal no prazo de 3 (três) dias que antecedem a partida. O mesmo prazo, solicitação e autorização aplicam-se ao caso de entrada de crianças em campo, juntamente com as equipes.

§ 2º - Após análise e deferimento pelo DCO, o Delegado do Jogo será comunicado para que tome as providências necessárias quanto a não interferência no protocolo da partida e seu início e reinício.

§ 3º - Todas as equipes deverão cumprir o protocolo da partida estabelecido pela FMF, em resolução específica. A não observância ao previsto, será submetido a análise da Justiça Desportiva, como desobediência a dispositivo deste Regulamento.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 34 - A confecção e venda dos ingressos, bem como a arrecadação da renda dos jogos, na Capital como no interior, será de responsabilidade dos clubes, podendo a FMF, a seu critério e a qualquer momento, independente de prévio aviso, passar a administrar a confecção e venda dos mesmos, bem como pela arrecadação inerente, cu-



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

As responsabilidades deverão atender ao disposto neste regulamento e demais instrumentos pertinentes. Em todos os jogos, na capital ou no interior do Estado, a FMF nomeará representante legal para acompanhar as atividades dispostas neste artigo.

§ 1º - O valor dos ingressos será definido, em conjunto, por Clubes e FMF com antecedência mínima de 12 (doze) dias e publicada em até 10 (dez) dias anteriores ao início da competição. Respectivo valor poderá ser alterado para maior ou menor, desde que comunicado ao DCO/FMF, com antecedência mínima de 12 (doze) dias úteis e deverá ser publicado em até 10 (dez) dias úteis antes do jogo.

§ 2º - Deverão ser deduzidas da renda das partidas as importâncias relativas às despesas com confecção de ingressos, do pessoal responsável pelo controle e venda e recebimento dos ingressos, porteiros, maqueiros, gandulas, ambulâncias, aluguel de campo, INSS, arbitragem, observado o limite de deduções previstas no RGC.

§ 3º - A abertura dos portões dos estádios antes do término da partida dependerá de autorização do representante formalmente autorizado pela FMF.

§ 4º - Em todas as partidas do CAMPEONATO os portões de acesso aos estádios deverão ser fechados aos 10 (dez) minutos da etapa complementar (2º tempo).

§ 5º - A desobediência dos parágrafos 1º e 2º ensejará ao clube mandante multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) à R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser aplicada por ato oficial do DCO/FMF.

§ 6º - A renda do jogo, bem como as despesas dele decorrentes, serão da equipe que tiver o mando de campo.

§ 7º - A FMF mandará representantes aos jogos, com transporte e diárias deduzidas da renda do jogo.

§ 8º - O percentual de administração da FMF será de 7,5% (sete e meio por cento) sobre o valor da renda bruta de cada jogo. Ficando, de já, estabelecido que do percentual referido neste parágrafo, 50% (cinquenta por cento) será revertido para o "Fundo de Desenvolvimento da Arbitragem" cujo controle financeiro será executado em conta bancária específica para tal.

Art. 35 - O clube que tiver o mando de campo deverá recolher as contribuições previdenciárias (INSS) incidentes sobre o jogo em até 48 (quarenta e oito) horas após os jogos por eles administrados, e prestar contas, junto à Tesouraria/FMF, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas após a realização do jogo, apresentando todos os documentos comprobatórios das despesas, cabendo à FMF a elaboração e publicação dos borderôs dos jogos, podendo outorgar ao clube mandante, por escrito, a tarefa de elaboração do borderô.



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

Parágrafo Único - Caso o clube mandante não cumpra o estabelecido neste artigo, perderá 1 (um) ponto por jogo que deixar de recolher as contribuições previdenciárias no prazo legal e/ou não prestar contas do jogo ao tempo e modo devidos, por decisão do TJD/MA.

Art. 36 - Caso a arrecadação de qualquer partida não seja suficiente para cobrir as despesas como os valores referentes a tributos, percentual de administração da FMF, despesas com representantes da FMF nos jogos, inclusive a cota e respectivas despesas dos árbitros, a Associação financeiramente mandante terá que efetuar o pagamento do déficit verificado, logo após o encerramento da partida, sob pena de multa automática no valor de 02 (dois) salários mínimos e de ficar impedida de continuar na competição, sem prejuízo das penas previstas no CBJD, Normas Gerais dos Campeonatos e Resoluções de Diretoria da FMF.

Art. 37 - As Associações mandantes de campo terão de efetuar o pagamento das cotas e respectivas despesas aos árbitros, logo após o encerramento das partidas, sob pena de ficarem impedidas de continuar na competição, até a quitação total do débito, sem prejuízo das penas impostas pelo CBJD, Normas Gerais dos Campeonatos e Resoluções de Diretoria da FMF.

CAPÍTULO XI DA ARBITRAGEM

Art. 38 - A indicação do árbitro, dos árbitros assistentes e do quarto árbitro é de competência exclusiva da Comissão de Árbitros da FMF (CEAF/MA), na forma da legislação que assim dispuser, em especial o que determina o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei Federal nº 10.671/03) em seus artigos 30 a 32.

Art. 39 - A Comissão de Árbitros da FMF dará ciência da designação do árbitro, dos assistentes e do quarto árbitro, após sorteio realizado na CEAF/MA, aos clubes e demais interessados, comunicando, ainda, a data, local, horário e equipes participantes de cada partida, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas antes dos jogos em questão, através da divulgação no site (www.futebolmaranhense.com.br) da FMF.

§ 1º - O árbitro deverá anexar à súmula as relações apresentadas pelos clubes contendo: nome do atleta, apelido, número da camisa, número de inscrição CBF (constantes no e-BID), a condição de Titular ou Reserva, bem como os nomes e número do RG dos membros da comissão técnica, devendo ser obrigatoriamente assinada pelo capitão e representante da equipe, devidamente identificados.

§ 2º - As relações de atletas deverão ser entregues impressas (digitadas), extraídas do sistema Prodfut/FMF, após a efetivação da pré-escalação.



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

§ 3º - Para o atleta ter condições de jogo, será obrigatória a apresentação, ao 4ª (quarto) árbitro da partida, do **Cartão de Atleta**, confeccionado pela FMF.

§ 4º - Os atletas de cada equipe deverão apresentar ao árbitro o **Cartão de Atleta**, confeccionado pela FMF, de maneira individual, para elaboração da súmula do jogo. Antes do início, no intervalo, ou mesmo após o encerramento da partida, o 4º árbitro ou o Delegado da partida poderá convocar qualquer atleta para conferência do Cartão de Atleta.

§5º – Logo após a realização da partida, o árbitro deverá redigir a súmula e os relatórios técnicos e disciplinares correspondentes, em modelos e padrões disponibilizados pela FMF, no sistema Prodfut/FMF.

§ 6º - O Delegado de jogo deverá entregar seu Relatório diretamente a DCO, até às 13 horas do primeiro dia útil após a realização da partida.

§ 7º - Não serão considerados o envio ou a entrega de relatórios extras após as súmulas terem sido finalizadas e publicadas, salvo se disserem respeito a fatos ocorridos após a saída do árbitro de seu vestiário ou se solicitado pela Comissão de Árbitros da FMF, pelo Departamento de Competições (DCO) da FMF, ou por órgão da Justiça Desportiva.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 - A publicidade estática (placas e tapetes em volta do gramado de jogo) é exclusiva e restrita à FMF em toda a competição, de acordo com os termos dos contratos comerciais por ela firmados.

Parágrafo Único - Na hipótese do não atendimento ao que dispõe o caput deste artigo pelos clubes participantes, o Departamento de Competições (DCO) poderá transferir os jogos seguintes do clube mandante até a regularização da situação.

Art. 41 - Na hipótese de não haver patrocínio para o CAMPEONATO, será de exclusiva responsabilidade do clube que atuar como visitante arcar, integralmente, com todas as despesas de transporte, hospedagem, equipagem e alimentação, necessárias para a disputa de seus jogos, salvo se a FMF auferir patrocínio para custear tais encargos.

Art. 42 - Este regulamento atende aos requisitos inseridos pela Lei Federal nº 13.155/2015, sendo que, em caso de ulterior derrogação, ab-rogação ou quaisquer interpretações dadas por Órgão oficial que modifique o entendimento ou aplicação da norma que venha acarretar alteração substancial deste regramento, as devidas modificações/interpretações legais serão consideradas automaticamente inseridas e/ou excluídas do contexto deste REC.



Federação Maranhense de Futebol

Filiada à CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNPJ: 06.281.554/0001-90 - Fundada em 11.janeiro.1918
Presidente: Dr. Antônio Américo Lobato Gonçalves

Art. 43 - Os casos omissos neste Regulamento serão dirimidos pelos instrumentos pertinentes e em primeira instância pelo DCO da FMF e em segunda pela Presidência da FMF.

São Luís (MA), 06 de setembro de 2018.

Hans Joseph Nina Höhn
Vice presidente de Competições

Antônio Américo Lobato Gonçalves
Presidente